

PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS DE ANÁLISE DE PROJETOS DE INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES

1. OBJECTO

A presente norma tem por objeto a definição dos procedimentos específicos de análise de projetos de investimento submetidos à Ação acima referida.

2. ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Regulamento (UE) N.º 1305/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro de 2013.

Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro.

Regime de Aplicação da Ação 3.1 «Jovens agricultores», publicado pela Portaria n.º 31/2015, de 12 de fevereiro, com a redação dada pela Portaria n.º 249/2016, de 15 de setembro, alterada pela Portaria n.º 2/2017, de 2 de janeiro, e pela Portaria n.º 85-A/2017, de 24 de fevereiro.

Orientação Técnica Específica N.º 49/2017, Ação 3.1 – Jovens agricultores.

3. INTERVENIENTES

Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP) e Secretariado Técnico da Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural (ST-PDR2020).

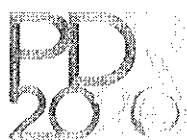
4. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Para candidaturas apresentadas à Ação 3.1, “Jovens agricultores” aplicam-se os procedimentos de análise da presente norma e os procedimentos definidos na Norma Transversal - Análise e distribuição de candidaturas NT3/2015, com a alteração de 04 de julho de 2016.

Para candidaturas apresentadas em simultâneo à Ação 3.1, “Jovens agricultores” e à Operação 3.2.1, “Investimento na exploração agrícola”, aplicam-se os procedimentos de análise da presente norma e na norma N1/A2/3.2.1/2016.

O não cumprimento dos critérios de elegibilidade definidos no regime de aplicação da Operação 3.2.1, quando aplicável, leva a que a candidatura ao prémio à instalação (Ação 3.1) também seja indeferida, pois considera-se que o financiamento do plano empresarial não se encontra assegurado.





PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS DE ANÁLISE DE PROJETOS DE INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES

Quando os critérios de elegibilidade definidos no regime de aplicação da Operação 3.1.1 não são cumpridos, a candidatura ao investimento (Operação 321) pode continuar a ser elegível.

As candidaturas que não cumpram algum dos critérios de elegibilidade são indeferidas, pelo que deve ser efetuado o procedimento estabelecido na Norma Transversal de Audiência de Interessados NT4/2015.

Para enquadramento das candidaturas nas prioridades/domínios definidos no Programa de Desenvolvimento Rural (PDR2020) deve atender-se à Norma Transversal de Prioridades/Domínios NT6/2017.

Considera-se que os anexos constantes da norma de análise N1/A2/3.2.1/2016 (Anexo I – Coerência técnica, económica e financeira, Anexo II – Elegibilidade de despesas e Anexo III – Valores de referência para análise da razoabilidade de custos), se aplicam às candidaturas da Ação 3.1 para efeitos de avaliação do plano empresarial.

Caso sejam necessários esclarecimentos no decorrer da análise, os mesmos devem ser agrupados num único pedido de esclarecimentos ao beneficiário. Excecionalmente pode ser solicitado um segundo pedido de esclarecimentos. O prazo de resposta para o pedido(s) de esclarecimentos é de 5 dias úteis, podendo ser prorrogado por mais 5 dias úteis quando o beneficiário fundamente a prorrogação.

4.1 BENEFICIÁRIOS

Pode beneficiar do apoio previsto no Regime de Aplicação da Ação 3.1, o jovem agricultor, entendendo-se como tal o agricultor que, à data da apresentação da candidatura, tenha idade compreendida entre os 18 e os 40 anos inclusive, que se instale pela primeira vez numa exploração agrícola.

A «Primeira instalação» de um jovem agricultor é a situação em que o jovem agricultor, na qualidade de responsável da exploração, assume formalmente a titularidade e a gestão direta da exploração agrícola, e encontra-se inscrito na autoridade tributária com atividade agrícola e no organismo pagador enquanto beneficiário.

Os jovens agricultores enquanto beneficiários podem apresentar-se de dois modos distintos:

- i. Como pessoas singulares que se instalem, pela primeira vez, numa exploração agrícola;
- ii. Como pessoas coletivas que revistam a forma de sociedade por quotas e com a atividade agrícola no objeto social, desde que os sócios gerentes sejam jovens agricultores, detenham a maioria do capital social e individualmente uma participação superior a 25% no capital social.





PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS DE ANÁLISE DE PROJETOS DE INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES

Os candidatos devem efetuar o registo no organismo pagador previamente à submissão da candidatura, Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP I.P.), enquanto beneficiários.

No caso de candidaturas apresentadas por sociedades, o registo atualizado dos detentores do capital também deve estar conforme no organismo pagador.

Considera-se que o jovem agricultor já assumiu a gestão da exploração, pelo que deixa de ser elegível enquanto beneficiário da ação 3.1, quando se verifique uma das seguintes situações:

- i. Tenha recebido ajudas à produção ou à atividade agrícola para além dos dois anos anteriores ao ano de apresentação da candidatura;
- ii. Não ter celebrado contrato de financiamento ou assinado termo de aceitação em quaisquer ajudas aos investimentos no setor agrícola nem ter recebido prémio à primeira instalação antes da data de apresentação da candidatura, com exceção das candidaturas que tenham sido aprovadas nos doze meses anteriores à submissão da candidatura no âmbito do regime de apoio à reestruturação e reconversão da vinha (VITIS)

4.2 ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

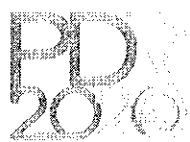
4.2.1 CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DO BENEFICIÁRIO

Os critérios de elegibilidade previstos nos artigos 5.º da Portaria n.º 31/2015 de 12 de fevereiro e no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, devem ser cumpridos pelo candidato na data de apresentação da candidatura, exceto nas situações em que a legislação aplicável permita o seu cumprimento em fase posterior.

Para verificação dos critérios de elegibilidade devem ser verificados os documentos apresentados pelo promotor com o preenchimento do formulário.

No decorrer da análise podem ser solicitados documentos adicionais para confirmação de critérios de elegibilidade.





PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS DE ANÁLISE DE PROJETOS DE INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES

I. Encontrar-se legalmente constituído

A verificação deste critério efetua-se pela análise da declaração de início de atividade, na situação em que o beneficiário seja pessoa singular e já exerça atividade antes da apresentação da candidatura.

Devem ser efetuadas as seguintes verificações:

1. Validade da declaração em função da respetiva data;
2. Número de identificação fiscal (NIF);
3. Classificação de Atividade Económica (CAE);

Na situação em que o beneficiário ainda não se encontre inscrito na Autoridade Tributária antes da apresentação da candidatura, deve ser selecionada a condicionante "Apresentação da declaração de início de atividade com a CAE associada ao setor do investimento" até à data de aceitação da concessão do apoio.

Caso o beneficiário seja uma pessoa coletiva cumpre o critério de elegibilidade com a apresentação da certidão permanente de registo ou código de acesso ao portal da empresa.

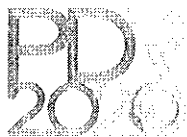
Quando é fornecido o código de acesso, a consulta da certidão permanente é efetuada através do acesso ao portal da empresa no link:

<https://www.portaldaempresa.pt/CVE/Services/Online/Pedidos.aspx?service=CCP>

Devem ser efetuadas as seguintes verificações:

1. Validade da Certidão;
2. NIF da Denominação Social;
3. Denominação Social;
4. Coerência entre a CAE apresentada e a do setor do investimento. Quando tal não se verifique, deve a concessão do apoio ficar condicionada à apresentação da certidão devidamente atualizada.





PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS DE ANÁLISE DE PROJETOS DE INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES

Os jovens agricultores que se candidatam ao prémio de instalação devem ser sócios gerentes da sociedade antes da data de apresentação da candidatura. Os critérios de elegibilidade são verificados a partir da data em que os jovens candidatos ao prémio entram na sociedade.

II. Enquadrar-se na categoria de micro ou pequenas empresas na aceção da Recomendação 361/2003/CE, da Comissão, de 6 de maio de 2003

A verificação do critério é efetuada através da consulta ao site www.iapmei.pt (consulta on-line) da certificação do beneficiário, utilizando o *login* e *password* disponibilizados para o efeito.

No caso de pessoas coletivas, deve ser verificado adicionalmente se existe conformidade entre os sócios que constam da certidão do registo comercial e do certificado obtido.

Nos termos do artigo 6º da recomendação da Comissão 361/2003/CE e do Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, as micro empresas têm menos de 10 trabalhadores e um volume de negócios menor ou igual que 2 milhões de euros e as pequenas empresas têm menos de 50 trabalhadores e um volume de negócios menor ou igual a 10 milhões de euros.

Na situação em que o beneficiário não se encontre inscrito na Autoridade Tributária antes da apresentação da candidatura, ou no caso em que existe desconformidade relativamente aos sócios, deve ser selecionada a condicionante “Apresentação do certificado de micro ou pequena empresa” até à data de aceitação da concessão do apoio.

III. Ser titular da exploração agrícola

A verificação deste critério é efetuada através da análise dos dados obtidos por “Webservice” do IFAP, que são apresentados no separador “SIG” do modelo de análise.

IV. Estar inscrito na autoridade tributária com atividade agrícola, até à data de aceitação da concessão do apoio

A verificação deste critério é efetuada na declaração de início de atividade.





PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS DE ANÁLISE DE PROJETOS DE INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES

Na situação em que o beneficiário não esteja inscrito na Autoridade Tributária antes da apresentação da candidatura, deve ser selecionada a condicionante "Apresentação da declaração de início de atividade com a CAE associada ao setor do investimento" até à data de aceitação da concessão do apoio.

V. Estar inscrito no organismo pagador enquanto beneficiário

A verificação deste critério é efetuada previamente à apresentação da candidatura com a inscrição do beneficiário no IFAP para obtenção do acesso ao balcão do beneficiário.

VI. Apresentem um plano empresarial com duração de cinco anos, a contar da data de aceitação da concessão do apoio, que apresente coerência técnica, económica e financeira

A verificação deste critério resulta da análise de ordem técnica, económica e financeira, diretamente relacionada com as características próprias do plano empresarial proposto. As verificações a efetuar constam do Anexo I (Avaliação da Coerência Técnica, Económica e Financeira) da norma N1/A2/3.2.1/2016.

Adicionalmente devem ser verificados:




i. Descrição da situação inicial da exploração

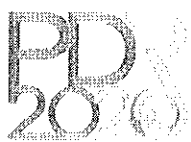
Para a verificação deste critério deve ser efetuada a análise da memória descritiva apresentada, na qual devem constar todas as atividades agrícolas desenvolvidas na exploração antes da apresentação da candidatura, bem como os bens que já existem na exploração (construções, equipamentos, plantações). Os custos e proveitos decorrentes das atividades desenvolvidas na exploração antes da apresentação da candidatura devem estar referidos no formulário de candidatura nos campos relativos à pré-operação.

ii. Demonstração do potencial de produção da exploração agrícola

O potencial de produção da exploração agrícola é expresso em Valor da Produção Padrão (VPP), tendo em consideração as atividades desenvolvidas ou a desenvolver apresentadas no âmbito da instalação.

Para cada uma das atividades apresentadas no plano empresarial é determinado o VPP da seguinte forma:

 GOVERNO DE PORTUGAL <small>MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR</small>	 UNIÃO EUROPEIA <small>Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural A Europa investe nas zonas rurais</small>	DESTINATÁRIOS DRAP e Secretariado Técnico	A GESTORA:  Gabriela Freitas	03.10.2017 Pág. 6 de 10
---	---	--	---	----------------------------



PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS DE ANÁLISE DE PROJETOS DE INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES

- Setor vegetal: área (ha) x VPP unitário de referência da respetiva atividade
- Setor animal: animais (n.º) x Cf x VPP unitário de referência da respetiva atividade, em que Cf corresponde ao “tempo médio de permanência dos animais na exploração”

O VPP unitário de referência de cada atividade consta da listagem de VPP publicada em www.pdr-2020.pt.

Para o cumprimento deste critério de elegibilidade deve ser verificado que o VPP por jovem agricultor instalado é igual ou superior a € 8 000 e por beneficiário tem um valor inferior a € 1 500 000.

iii. Indicação das etapas e metas para o desenvolvimento das atividades da exploração agrícola

Para verificação do critério de elegibilidade é verificado se as etapas e metas se encontram devidamente descritas na memória descritiva. Também é verificado se os campos relativos à anualização de cada uma das atividades constantes da candidatura se encontram devidamente preenchidos e são coerentes.

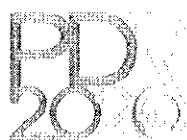
Caso o jovem se tenha candidatado ao apoio ao investimento no âmbito da Operação 3.2.1, deve ser verificada a rentabilidade e coerência do plano empresarial até ao ano de fim de vida útil da operação.

iv. Descrição da totalidade dos investimentos a realizar, com valor igual ou superior a € 25.000, por jovem agricultor, e inferior ou igual a € 3 000 000, por beneficiário, incluindo, se aplicável, os investimentos constantes da candidatura à ação 3.2, “Investimentos na exploração agrícola”.

O custo total elegível para apoio ao investimento e o valor apurado para o prémio de instalação são obtidos pela análise de elegibilidade e razoabilidade de custos dos investimentos propostos na candidatura.

São considerados para apuramento do prémio de primeira instalação os seguintes investimentos:





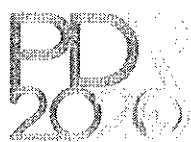
PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS DE ANÁLISE DE PROJETOS DE INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES

1. Todos os investimentos que são elegíveis na Operação 3.2.1, quer sejam financiados no âmbito da referida Operação ou suportados pelo beneficiário. A análise de elegibilidade e razoabilidade de custos é efetuada através da comparação dos investimentos propostos com as despesas elegíveis constantes nos anexos II e III da norma N1/A2/3.2.1/2016.
2. Os custos relativos à aquisição onerosa de prédios rústicos, terrenos e animais, destinados às atividades agrícolas desenvolvidas no âmbito do plano empresarial. Para a verificação da razoabilidade do valor da aquisição de prédios rústicos e terrenos devem ser considerados os valores médios de mercado. No caso da aquisição de animais devem ser utilizados os valores normalmente praticados na região.
3. 75% do total do investimento elegível apurado no âmbito do "Vitis", verificado através da consulta do sistema de informação do IFAP. Caso não exista investimento aprovado no âmbito do "vitis" o valor para efeito de apuramento do prémio de instalação é zero.
4. Custos em formação até ao valor de € 2 000, desde que a formação a obter esteja relacionada com as atividades desenvolvidas no plano empresarial.

v. Descrição detalhada das ações necessárias ao desenvolvimento das atividades da exploração agrícola

Para a verificação do critério de elegibilidade deve ser efetuada a análise da memória descritiva apresentada.





PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS DE ANÁLISE DE PROJETOS DE INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES

- VII. Não ter celebrado contrato de financiamento ou assinado termo de aceitação em quaisquer ajudas aos investimentos no setor agrícola nem ter recebido prémio à primeira instalação antes da data de apresentação da candidatura, com exceção das candidaturas que tenham sido aprovadas nos últimos doze meses anteriores à submissão da candidatura no âmbito do “Vitis”**

A verificação deste critério é efetuada através da consulta da informação disponibilizada pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP, I.P.) no Sistema de Informação do PDR2020 (SI PDR2020).

Da consulta obtida fica registada a fiabilidade do beneficiário no Sistema de Informação.

- VIII. Não ter recebido quaisquer ajudas à produção ou atividade agrícola no âmbito do pedido único, exceto nos dois anos anteriores ao ano de apresentação do pedido de apoio**

A verificação deste critério é efetuada através da consulta da informação disponibilizada pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP, I.P.) no Sistema de Informação do PDR2020 (SI PDR2020).

Da consulta obtida fica registada a fiabilidade do beneficiário no Sistema de Informação.

- IX. No caso de candidaturas apresentadas por pessoas coletivas, os sócios gerentes que sejam jovens agricultores devem reunir individualmente as condições referidas nos pontos VII e VIII, anteriormente referidos**

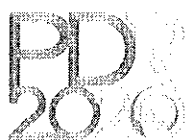
A verificação deste critério é efetuada nos termos dos pontos VII e VIII.

4.3 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E FORMA

As candidaturas são hierarquizadas segundo os critérios de seleção definidos no regime de aplicação da Ação 3.1 e respetivos avisos de abertura.

Relativamente ao critério de seleção “RIJ – Regime de instalação do jovem agricultor”, o rendimento da atividade agrícola considerado é o Valor da Produção Padrão (VPP) apurado na análise da candidatura.





PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS DE ANÁLISE DE PROJETOS DE INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES

4.4 FORMA E MONTANTES DO APOIO

O prémio à instalação é atribuído sob a forma de subvenção não reembolsável.

O montante do prémio à instalação é de € 20.000 por jovem agricultor, acrescido de € 5.000 no caso de o investimento na exploração ser igual ou superior a € 100.000, por jovem agricultor, e de € 5.000 no caso de o jovem agricultor se instalar em regime de exclusividade.

Face aos investimentos que foram apurados para efeitos de atribuição do prémio à instalação e ao número de jovens validados em sede de análise, o modelo determina automaticamente o valor do prémio atribuir.

5. ENTRADA EM VIGOR

A presente norma entra em vigor no dia 04 de outubro de 2017.